

## MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/DF

# Estudo Técnico Preliminar 31/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.003672/2025-17

## 2. Objeto

2 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento/acondicionamento/pesagem e disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e não diferenciados gerados nas dependências do Ministério de Minas e Energia – MME, sito no Bloco “U”, Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF.

2.1 Optou-se pela **realização de licitação própria**, por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021** e da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022**.

2.2 A decisão fundamenta-se na conveniência de manter controle direto sobre as especificações técnicas, prazos, condições de execução e gestão contratual, considerando as peculiaridades do serviço a ser contratado e a necessidade de atendimento específico às demandas do órgão.

## 3. Descrição da necessidade

3.1 A **Descrição da necessidade** para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento /acondicionamento/pesagem e disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e não diferenciados gerados nas dependências do Ministério de Minas e Energia – MME, sito no Bloco “U”, Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, tem os seguintes pressupostos:

3.2 De acordo com o Decreto Distrital nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei Distrital nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, o Ministério de Minas e Energia - MME, sediado no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, se enquadra como instituição pública, que gera mais de 120 litros de volume diário de resíduos sólidos indiferenciados. Desta forma, passa a ser classificado como grande gerador de resíduos sólidos sendo responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos gerados em suas dependências, incluindo as atividades de segregação, coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final desses.

3.3 Entre os resíduos gerados pelo MME estão os Resíduos Comuns não Recicláveis, os quais são equiparáveis aos resíduos domiciliares, tais como: papéis sanitários, papéis de cozinha e copa, papéis metalizados, plastificados, adesivos, papéis que tiveram contato com alimentos, resíduos orgânicos, resíduos de varrição, resíduos de podas de grama e galhas, entre outros. Estes resíduos são classificados como Resíduos Classe II – Não Perigosos, segundo a ABNT NBR 10004;

3.4 Desta forma, para que o MME possa dar continuidade a gestão desses resíduos de forma ambientalmente adequada é necessária a contratação de empresa especializada para realizar a coleta, o transporte e o destino adequado desses resíduos, haja vista a impossibilidade da prorrogação do contrato em referencia.

3.5 A presente contratação também visa a manutenção das condições de higiene e limpeza das instalações prediais do MME, contribuindo para um ambiente de trabalho agradável e propício à um bom desempenho profissional.

3.6 Os serviços que ora se pretende contratar são definidos como comuns, em razão dos padrões de desempenho e qualidade ser facilmente objetivados no edital, por meio de especificações usuais do mercado.

3.7 O serviço é classificado como contínuo, conforme definido no art. 6º, XV da Lei 14.133/2021, que considera como contínuos os "serviços contratados para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas".

3.8 A escolha da vigência plurianual da contratação visa promover a competitividade no processo licitatório, garantir eficiência e economia processual, especialmente no que diz respeito ao aumento dos quantitativos, o que pode ser atrativo para os licitantes (economia de escala), além de simplificar os procedimentos para a prorrogação contratual (eliminando a necessidade de criação de documentos e pareceres jurídicos para aprovação da prorrogação, ressalvados aqueles que comprovem a vantagem econômica da manutenção do contrato).

3.9 Neste caso, não se faz necessário processo de transição gradual com transferência de conhecimento para a presente contratação.

- 3.10 No que se refere à natureza da atividade, informamos a aderência do objeto da contratação do presente processo como despesa de custeio, ou seja, enquadra-se no disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, bem como no art. 2º da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022.
- 3.11 Embora não conste em seu rol exemplificativo, trata-se de despesa comum a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, no âmbito do poder executivo federal.
- 3.12 Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Ou seja, todas as despesas realizadas com a manutenção dos equipamentos e com o funcionamento dos serviços públicos em geral, quer através da administração Direta, quer através da Administração Indireta. Conforme parágrafos 1º e 2º, do art.12, da Lei Federal nº 4.320/64, as despesas correntes apresentam-se com dois desdobramentos: as despesas de custeio e as transferências correntes manutenção dos serviços Despesas de custeio estão relacionadas com a anteriormente criados, assim como os gastos destinados a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis. Exemplos: despesas com material de consumo, pessoal, serviços de terceiros, etc. Transferências Correntes: são as dotações para as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções que são destinadas a atender a manutenção de outras entidades, sejam elas de direito público ou privado. Exemplos: contribuições correntes, subvenções sociais e econômicas, etc. Dessa forma, será submetido à aprovação do Senhor Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, conforme PORTARIA No 10, DE 8DE JANEIRO DE 2020, que delega competências a esta autoridade para celebração de contratos administrativos, com valor inferior a R\$ 10.000.000,00(dez milhões de reais).
- 3.13 Por fim, conforme Art. 9º, parágrafo único da IN nº 5, de 26 de maio de 2017, o serviço a ser contratado classifica-se como atividade auxiliar, instrumental ou acessória que não constitui área de competência legal do órgão no cumprimento de sua missão institucional. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão disciplinadas no Termo de Referência. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão: Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado,

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	ALVANIR DA SILVA CARVALHO
Divisão de Administração Predial	Marcos Pereira Caraça
Divisão de Administração Predial	Ielayne Maria da Silva

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Sustentabilidade

#### Sustentabilidade:

- 5.1 De conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicado pela Advocacia-Geral da União (AGU), são proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- 5.1.1 Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
  - 5.1.2 Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
  - 5.1.3 Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
  - 5.1.4 Outras formas vedadas pelo poder público;
  - 5.1.5 Deposição inadequada no solo;
  - 5.1.6 Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
  - 5.1.7 Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
  - 5.1.8 Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;
  - 5.1.9 Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

#### 5.1.10 Utilização para alimentação humana.

5.2 Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, devem ser observados ainda as seguintes normas dispostas na Lei 12.305/2010 e ABNT NBR 10004-2 (classificação de resíduos)

5.3. A pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) deverá:

5.3.1 deverá ser cadastrada e autorizada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) Conforme a Lei Distrital nº 6.484, de 14 de janeiro de 2020 e Decreto Distrital nº 42.032, de 26 de abril de 2021;

5.3.2 deverá indicar expressamente em sua proposta em qual o Aterro Sanitário irá realizar a disposição final dos rejeitos. Qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada ao CONTRATANTE com antecedência de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental;

5.3.3 Possuir os equipamentos automotores necessários à execução dos serviços de coleta e de transporte de resíduos sólidos que atendam aos limites ambientais quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância à legislação pertinente e manter a identificação dos veículos cadastrados, conforme norma estabelecida pelo SLU, de acordo com o anexo III e Anexo IV da Instrução Normativa Nº 89 de 23 de Setembro de 2016.

5.3.4 Para coleta de resíduos indiferenciados, a empresa ou cooperativa devem declarar que o veículo é do tipo coletor compactador contendo dispositivo mecânico ou hidráulico que possibilite a distribuição e compressão dos resíduos no interior da carroceria e sua posterior descarga, conforme especificações da NBR 12980/1993 da ABNT, dotado de sistema coletor de "chorume" e sinalização traseira tipo giroflex, ou do tipo "roll-on/roll-off".

5.3.5 Para a coleta de resíduos orgânicos segregados, os transportadores poderão declarar outro tipo de veículo a ser utilizado, desde que, o resíduo orgânico a ser transportado esteja acondicionado em recipiente impermeável devidamente vedado, de forma a garantir que o resíduo seja mantido dentro do recipiente e que não haja derramamento de chorume durante o trajeto até seu destino final.

5.3.6 A licitante deverá indicar área de compostagem (própria ou de empresa parceira), nos termos legais, para a devida destinação dos resíduos sólidos orgânicos quando couber.

5.3.7 A licitante deverá possuir sede ou filial no Distrito Federal ou nos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF e justifica-se com base nos motivos abaixo dispostos:

5.3.7.1 **Prontidão operacional** – a coleta de resíduos não admite atrasos, pois compromete a saúde pública, a salubridade dos ambientes administrativos e o meio ambiente. Uma empresa distante territorialmente estaria sujeita a falhas logísticas e atrasos, impactando a continuidade do serviço essencial.

5.3.7.2 **Gestão de ocorrências emergenciais** – situações como acidentes com caminhões coletores, derramamento de resíduos perigosos ou greves pontuais exigem **resposta imediata**, somente possível com estrutura local

5.3.7.3 **Fiscalização e cumprimento de normas regionais** – empresas que não possuam base no DF/RIDE teriam dificuldade em atender às exigências específicas de órgãos como SLU/DF, Secretaria de Meio Ambiente e IBRAM, cuja atuação se dá na jurisdição local.

5.3.7.4 **Redução de custos indiretos** – a presença local evita deslocamentos excessivos, diminui riscos de interrupção e assegura maior economicidade na execução do contrato (art. 70, CF/88).

5.3.7.5 **Continuidade do serviço essencial** – a coleta e tratamento de resíduos possui natureza contínua e essencial (art. 22, incisos II e IV, CF /88), de modo que a ausência de filial no DF comprometeria a própria **indisponibilidade de interrupção** exigida pelo ordenamento.

5.4 A presente contratação esta alinhada com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do MME, uma vez que visa atender a destinação sustentável e ecologicamente correta dos resíduos.

#### Subcontratação

5.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

5.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão de que o recolhimento e destinação final de resíduos sólidos (lixo) é um serviço contínuo e essencial, com menor complexidade técnica em comparação com outros serviços. Além de que, a ausência ou atraso de pagamento por parte do Órgão pode resultar em paralisação dos serviços, o que pode gerar acúmulo de lixo, mas geralmente não causa danos irreversíveis ou de difícil reparação. Assim, a própria continuidade do serviço pode ser considerada uma garantia, pois a empresa terá interesse em manter o contrato para garantir sua receita.

#### Vistoria

5.7 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2032-5558.

5.8 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.9 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.10 A vistoria poderá ser comprovada por Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este órgão

5.11 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.12 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 6. Levantamento de Mercado

6.1 Conforme a Lei Distrital n.º 5.610/2016 e Decreto Distrital n.º 37.568/2016, para execução de atividades do gerenciamento de resíduos sólidos, os grandes geradores, tal como o Ministério de Minas e Energia, podem celebrar contrato apenas com empresas, cooperativas e associações cadastradas no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU.

6.2 Em assim sendo foram analisadas as contratações anteriores realizadas por este órgão, bem como as similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consulta a outros editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

6.3 Isto levou a constatar que os outros órgãos e entidades contratam pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento/acondicionamento/pesagem e disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados, tendo em vista que tal mercado possui um grande número de fornecedores, garantindo assim, o caráter competitivo do certame.

6.4 Ademais cumpre ressaltar que levantamento de mercado consiste na etapa de identificação e análise das soluções disponíveis no mercado, abrangendo fornecedores, tecnologias, práticas correntes e riscos associados. Possui caráter exploratório e visa subsidiar a Administração na definição da solução mais adequada ao atendimento da necessidade **pública**. Seu fundamento normativo encontra-se no art. 18, IV, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 20, II, da IN SEGES/ME nº 58/2022.

6.5 Por sua vez, a pesquisa de preços é realizada após a escolha da solução, constituindo procedimento técnico destinado a definir o valor estimado da contratação, parâmetro essencial para a vantajosidade da proposta e para a análise de economicidade. Tem respaldo no art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 6º e 7º do Decreto nº 11.246/2022 e na IN SEGES/ME nº 65/2021, que disciplina suas metodologias.

6.6 Assim, o levantamento de mercado antecede a pesquisa de preços, pois somente após a adequada identificação da solução é possível estimar, com precisão e aderência ao mercado real, o valor de referência da contratação. Em síntese:

6.6.1 Levantamento de mercado = definição do “o quê” contratar (solução adequada).

6.6.2 Pesquisa de preços = definição do “quanto” custará a solução escolhida.

6.7 A jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 1.214/2013-Plenário, nº 2.622/2015-Plenário e nº 1.420/2019-Plenário) corrobora essa distinção, ao reconhecer que falhas no levantamento de mercado comprometem a escolha da solução mais vantajosa, enquanto falhas na pesquisa de preços impactam a correta estimativa do valor e a análise de economicidade.

6.8 Portanto, a distinção ora ressaltada reforça a observância à legislação vigente e assegura a robustez técnica do presente ETP, garantindo que a contratação seja instruída de forma a atender ao interesse público com economicidade e eficiência.

**6.9 O pregão foi selecionado como modalidade de licitação por se tratar de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, caracterizado por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência. A coleta de resíduos sólidos envolve rotinas operacionais padronizadas (frequência, logística de transporte, equipamentos, destinação final), o que possibilita julgamento objetivo por menor preço, sem necessidade de avaliações técnicas complexas.**

6.10 Assim, a escolha do pregão evidencia motivação sólida, alinhada à legislação vigente e ao entendimento consolidado do TCU, que admite a utilização do pregão para serviços comuns de natureza continuada

**6.11 A equipe de planejamento procedeu ao levantamento de mercado (art. 18, IV, Lei nº 14.133/2021), identificando a existência de diversos fornecedores aptos a executar o objeto. Em sequência, foi realizada pesquisa de preços nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 65/2021, que permitiu estimar valor de referência adequado.**

6.12 Essas etapas demonstram diligência e aderência às boas práticas de planejamento, assegurando que a definição do pregão como modalidade não decorreu de escolha aleatória, mas de análise prévia de mercado, riscos e economicidade.

**6.13 A Advocacia-Geral da União e a Controladoria-Geral da União orientam, em seus manuais e guias de contratação pública, que o pregão deve ser priorizado sempre que o objeto puder ser caracterizado como serviço comum, por ampliar a competitividade, assegurar maior transparência e propiciar obtenção de preços mais vantajosos.**

6.14 A adoção do pregão neste caso atende integralmente a essas recomendações, uma vez que:

6.14.1 a solução contratual é padronizada e de baixo risco técnico;

6.14.2 a competição em ambiente eletrônico favorece a isonomia entre fornecedores;

6.14.3 há maior eficiência processual, pois o rito do pregão reduz prazos e etapas.

6.15 Conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade (Lei nº 14.133/2021)A utilização do pregão garante:

6.15.1 Eficiência (art. 5º, caput) – procedimento célere e com prazos reduzidos;

6.15.2 Economicidade (art. 11, VI) – obtenção de preços competitivos em disputa aberta;

6.15.3 Vantajosidade (art. 23, §1º) – contratação pelo menor preço, assegurando custo-benefício adequado à Administração.

6.15.4 Dessa forma, o processo se conforma ao núcleo principiológico da Lei nº 14.133/2021, além de dar efetividade aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e isonomia (art. 37, caput, CF/88).

A escolha do **pregão** como modalidade para a contratação de serviços de coleta de resíduos sólidos:está devidamente motivada pela natureza comum do objeto;resulta de diligência no planejamento (levantamento de mercado e pesquisa de preços);atende às boas práticas de orientação da AGU e da CGU;e se conforma aos princípios da **eficiência, economicidade e vantajosidade**, previstos na Lei nº 14.133/2021.Assim, o pregão revela-se a modalidade **mais adequada e juridicamente segura** para assegurar o atendimento do interesse público.

## 7. Descrição da solução como um todo

### Condições de Execução

7.1. Início da execução do objeto: imediatamente após a emissão a assinatura do contrato

7.2 Os serviços especializados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, gerados nas dependências do MME deverá abranger as etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente adequada deverão observar às disposições contidas neste ETP, nos normativos federais e distritais que versem sobre o presente objeto, bem como as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

7.3 A equipe coletora da contratada deverá realizar os serviços devidamente uniformizada, portando crachá de identificação com foto e equipamentos de proteção individual (EPIs) além de recolher, manusear e transportar os sacos plásticos com cuidado para não danificá-los ficando responsáveis pelo recolhimento, limpeza e imediata varredura sendo de sua total responsabilidade os vazamentos ocorridos do local da coleta até a sua destinação final.

7.4 Os resíduos deverão ser descarregados em vazadouros próprios e permitidos por lei, devendo a contratada utilizar veículo do tipo coletor compactador contendo dispositivo mecânico ou hidráulico que possibilite a distribuição e compressão dos resíduos no interior da carroceria e sua posterior descarga, conforme especificações da NBR 12980/1993 da ABNT, dotado de sistema coletor de "chorume" e sinalização traseira tipo giroflex, ou do tipo "rollon/roll-off" em conformidade com o art. 23, § 1º do Decreto Distrital nº 37.568/2016.

7.5 A Contratada deverá aplicar nos veículos cadastrados, obrigatoriamente, adesivo contendo número do registro e a data de validade da autorização. Os adesivos deverão ser aplicados nas portas e no canto inferior direito do para-brisa dos veículos e terem as especificações dos modelos do Anexo III e IV da Instrução Normativa SLU n. 89, de 23.09.2016.

7.6 Em casos que sejam necessários transporte para outros estados da Federação, esses somente serão transportados após autorização ou declaração expressa de concordância emitida pela autoridade ambiental competente do estado receptor dos resíduos, nos termos do art. 10, § 2º da Lei Distrital nº 5.418/2014.

7.8 É da contratada, a responsabilidade pelos resíduos sólidos urbanos gerados no âmbito do ministério de Minas e Energia ficando a contratada responsável pela destinação ou disposição ambientalmente adequada dos resíduos coletados obrigando-se a ressarcir ao MME por quaisquer despesas que venha a ter em razão de débitos, multas e/ou infrações, aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais ou distritais.

7.9 Ademais é responsabilidade da contratada os danos causados aos equipamentos e/ou outros bens de propriedade do CONTRATANTE, ou de terceiros, causados por seus funcionários ficando obrigada a reparar, corrigir ou ressarcir os prejuízos que o MME venha a sofrer devido a negligência, imperícia ou imprudência da contratada.

7.10 A Contratada responsabilizar-se por todo e qualquer acidente do trabalho, dano ou prejuízo causado decorrente da execução contratual.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

7.11 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Ministério de Minas e Energia Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF e em caso de mudança de endereço de qualquer unidade do Contratante atendida por este contrato, dentro da Região do Plano Piloto de Brasília, a Contratada fica obrigada a manter o atendimento sem qualquer ônus adicional, de acordo com a necessidade do MME.

7.12 Os serviços poderão ser prestados no seguinte horário: de 06 às 18hs e poderão ser alterados pelo MME, desde que comunicado à Contratada com antecedência.

7.13 O serviço de coleta deverá ser prestado durante todos os dias da semana inclusive nos feriados, pontos facultativos e recessos, a depender da necessidade da contratante, que poderá junto a contratada estabelecer dias e horários específicos para atendimento da demanda, podendo ser dias alternados de acordo com a conveniência e oportunidade do órgão contratante.

7.14 Os resíduos somente serão coletados mediante recibo/relatório de retirada, devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário e quantidade de peso recolhido.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

7.15 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

7.15.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

7.15.2 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada.

7.15.3 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

7.15.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

7.15.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições.

7.15.6 A contratada a cada mês de faturamento deverá apresentar a Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados no mês anterior, devidamente acompanhada da documentação comprobatória de destinação final dos resíduos coletados (CTR).

#### **Materiais a serem disponibilizados**

7.16 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades necessárias, para a perfeita execução dos serviços.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

7.17 Todas as informações relevantes para o dimensionamento da proposta encontram-se pormenorizados ao longo do termo de referência e estudo técnico preliminar, apêndices do Edital.

7.18 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos:

- A) Quantidade e valor total do item;
- B) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

7.19 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

7.20 Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.21 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.22 os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei 14.133 de 2021

7.23 O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

7.24 A contratada deverá indicar expressamente em sua proposta em qual o Aterro Sanitário irá realizar a disposição final dos rejeitos, qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada ao contratante com antecedência de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.25 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

7.26 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 A estimativa anual e mensal é a prevista na tabela abaixo

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID	QUANT ANUAL estimada	QUANT MENSAL estimada
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento /acondicionamento/pesagem e disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados gerados nas dependências do Ministério de Minas e Energia – MME.	14.265	kg	168.000	14.000

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 103.671,96

9.1 A contratação esta estimada em 103.671,96 anual conforme tabela em anexo

9.2 Para a estimativa de preços ou preços referenciais, a equipe de planejamento considerou as orientações colimadas na Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A equipe de planejamento da contratação realizou a pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor, utilizando a metodologia disposta na Instrução Normativa nº 73/2020, verbis:

*Art. 6º: Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.*

9.3 Ademais cumpre lembrar que a **pesquisa de preços** consiste no procedimento administrativo destinado a **estimar o valor da contratação**, servindo como parâmetro para o julgamento da vantajosidade das propostas e para a prevenção de sobrepreço ou inexequibilidade.

9.4 Segundo a **Lei nº 14.133/2021, art. 23, §1º**, a Administração deve adotar valor estimado com base em pesquisa de preços de mercado. O **Decreto nº 11.246/2022, arts. 6º e 7º**, e a **IN SEGES/ME nº 65/2021** disciplinam suas metodologias, que podem envolver:

9.4.1 consulta a bancos oficiais (ex.: Painel de Preços do Governo Federal),

9.4.2 análise de contratações similares,

9.4.3 coleta de cotações com fornecedores,

9.4.5 ou combinação desses métodos.

9.5 Trata-se de etapa **posterior ao levantamento de mercado**, quando já definida a solução mais adequada para atender à necessidade administrativa. Enquanto o levantamento de mercado tem caráter exploratório (identificação de soluções possíveis), a pesquisa de preços tem caráter **quantitativo**, fixando o **valor de referência** que orientará a licitação e a execução contratual.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

#### 1. Contextualização do Objeto

10.1 A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a decisão de não parcelar a contratação para a prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento/acondicionamento/pesagem e disposição final dos resíduos sólidos gerados no Ministério de Minas e Energia (MME). O objeto da contratação constitui um serviço de natureza complexa e interligada, que abrange uma cadeia completa de atividades, desde a coleta interna até a destinação final dos resíduos.

#### 2. Da Inviabilidade do Parcelamento

10.2 O **não parcelamento da solução** é justificada por razões de **eficiência, economicidade, segurança e responsabilidade técnica**, conforme detalhado abaixo:

**a) Economicidade e economias de escala:** A contratação de uma única empresa para a execução de todas as etapas do serviço permite a obtenção de significativas economias de escala. Um único contrato otimiza custos com logística, equipamentos e mão de obra, resultando em uma proposta de valor total mais competitiva. O parcelamento, por outro lado, levaria à sobreposição de custos administrativos e de lucro de múltiplas empresas, encarecendo o serviço para a Administração.

**b) Eficiência operacional e complexidade de gestão:** O gerenciamento de um único contrato é, comprovadamente, mais eficiente do que o de múltiplos contratos. A gestão de um fluxo de serviço fragmentado em diferentes fornecedores aumentaria a complexidade administrativa, a carga de trabalho da fiscalização do contrato e o risco de falhas de comunicação e de sincronia entre as etapas. A contratação integral simplifica a gestão e garante a fluidez do serviço.

**c) Diluição da Responsabilidade Técnica e Ambiental:** A gestão de resíduos sólidos é uma atividade com implicações ambientais e legais significativas. Ao contratar uma única empresa, a responsabilidade por toda a cadeia, da coleta à disposição final, é centralizada. Em caso de não conformidade ou acidente ambiental, há um único agente a ser responsabilizado. O parcelamento, por sua vez, diluiria essa responsabilidade,



dificultando a fiscalização e a aplicação de sanções, com o risco de que a Administração seja responsabilizada solidariamente por falhas na cadeia de custódia.

**d) Natureza do Objeto e interdependência das etapas:** O serviço de gestão de resíduos é, por sua própria natureza, uma cadeia de processos interdependentes. A forma de coleta está diretamente ligada ao método de transporte, que, por sua vez, influencia o tratamento e a disposição final. A fragmentação dessa cadeia poderia gerar incompatibilidades técnicas e operacionais, comprometendo a qualidade e a segurança do serviço.

### 3. Conclusão

10.3 Em virtude das razões apresentadas, conclui-se que o parcelamento da solução não é técnica, econômica nem administrativamente vantajoso. A contratação de uma única empresa para a prestação de serviços de forma integral e contínua é a abordagem que melhor atende aos princípios da Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), garantindo a eficiência, a economicidade, a segurança e a responsabilidade necessária para a correta gestão dos resíduos sólidos do MME.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11 Não haverão.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12 A presente contratação está alinhada no PCA 2025, DFD 30/2024

- I) ID PCA no PNCP: **37115383000153-0-000001/2025**
- II) Data de publicação no PNCP: **09/04/2024**
- III) Id do item no PCA: **416, 417**
- IV) Classe/Grupo: **853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA**
- V) Identificador da Futura Contratação: **320004-30/2025**

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 A contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos do MME trará uma série de benefícios essenciais para a gestão da instituição e para o meio ambiente.

13.2 Os principais benefícios a serem alcançados são:

13.2.1 . Conformidade Legal e Ambiental

**13.2.2 Atendimento à Legislação:** A contratação garante que o MME cumpra integralmente as normas federais, distritais e municipais de gestão de resíduos sólidos, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), evitando sanções, multas e passivos ambientais.

**13.2.3 Responsabilidade Ambiental:** O serviço garante que os resíduos, desde a coleta até a destinação final, sejam tratados de forma ambientalmente correta, reduzindo o impacto ecológico das operações do Ministério.

13.3 Eficiência Operacional e Gestão

**13.3.1 Otimização de Processos:** Uma empresa especializada possui a expertise e os equipamentos adequados para realizar todas as etapas do serviço de forma mais eficiente, o que permite que os recursos internos do MME sejam direcionados para suas atividades-fim.

**13.3.2 Economia de Escala:** A contratação de um serviço completo, em vez de parcelado, gera economias de escala, resultando em um custo total mais baixo para a Administração Pública.

**13.3.3 Simplicidade Administrativa:** A gestão de um único contrato de prestação de serviços continuados é mais simples e menos burocrática, facilitando a fiscalização e a comunicação com o fornecedor.

13.4. Redução de Riscos

**13.4.1 Segurança e Saúde:** A contratação de profissionais e empresas especializadas garante que a manipulação de resíduos seja feita de forma segura, minimizando os riscos à saúde dos servidores e de terceiros que circulam pelo edifício.

**13.4.2 Responsabilidade Unificada:** A centralização da responsabilidade em um único fornecedor, por toda a cadeia de resíduos, facilita a fiscalização e a atribuição de responsabilidades em caso de falhas ou incidentes.

### 13.5 Melhoria da Imagem Institucional

**13.5.1 Sustentabilidade:** Ao contratar um serviço profissional de gestão de resíduos, o MME reforça seu compromisso com a sustentabilidade e as boas práticas ambientais, melhorando sua imagem perante a sociedade.

**13.5.2 Higiene e Conforto:** A coleta e o transporte eficientes de resíduos contribuem para a manutenção da higiene e do conforto no ambiente de trabalho.

## 14. Providências a serem Adotadas

**14.1 As Providências a serem Adotadas** para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento/condicionamento/pesagem e disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e não diferenciados gerados nas dependências do Ministério de Minas e Energia – MME, sito no Bloco “U”, Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, seguem as etapas de um processo de licitação pública, desde a fase interna até a execução do contrato. Os principais passos a serem seguidos, são os seguintes:

### 14.2. Fase de Planejamento

**14.2.1 Formalização do Processo:** Abrir um processo administrativo eletrônico no SEI, formalizando a necessidade da contratação.

**14.2.2 Estudos Técnicos Preliminares (ETP):** Elaborar e juntar ao processo este ETP, pois o recurso faz menção a ele. O ETP deve conter a justificativa da contratação, a descrição da solução escolhida (remanejamento), a estimativa de custos e a análise de riscos.

**14.2.3 Termo de Referência :** Elaborar o Termo de Referência (TR), com a descrição detalhada de todos os serviços a serem executados (instalações elétricas, frigoríficas, de serralheria, etc.), as especificações técnicas dos materiais, as responsabilidades das partes, os prazos e as condições de pagamento.

**14.2.4 Pesquisa de Mercado:** Realizar uma pesquisa de preços para estimar o valor total da contratação, considerando os serviços e materiais, e anexar os documentos comprobatórios ao processo.

**14.2.5 Minuta do Edital e Contrato:** Elaborar a minuta do edital e do contrato, incluindo todas as cláusulas necessárias, os critérios de habilitação e os critérios de julgamento das propostas.

**14.2.6 Parecer Jurídico:** Submeter o processo para a análise da consultoria jurídica, que emitirá parecer sobre a legalidade e a viabilidade da contratação.

### 14.3 Fase de Licitação

**14.3.1 Publicação do Edital:** Após a aprovação das minutas, publicar o edital em veículos oficiais, como o Diário Oficial da União (DOU) e o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), abrindo o prazo para que as empresas interessadas apresentem suas propostas e documentos de habilitação.

**14.3.2 Sessão Pública do Pregão:** Realizar a sessão pública, na data e hora agendadas, para receber e julgar as propostas de preços e os documentos de habilitação.

**14.3.3 Fase de Recursos:** Após a fase de julgamento, os licitantes podem interpor recursos contra as decisões do pregoeiro. A Administração deve analisar os recursos e emitir decisões fundamentadas.

**14.3.4 Homologação e Adjudicação:** Se não houver mais recursos ou pendências, o resultado do pregão é homologado e o objeto é adjudicado (atribuído) ao vencedor.

### 14.4. Fase de Contratação e Execução

**14.4.1 Assinatura do Contrato:** O licitante vencedor é convocado para assinar o contrato no prazo estipulado no edital.

**14.4.2 Ordem de Serviço:** Emitir a ordem de serviço, autorizando o início da execução das obras e dos serviços.

**14.4.3 Fiscalização do Contrato:** Designar um fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução de todos os serviços, garantindo que o contrato seja cumprido conforme o Termo de Referência.

**14.4.4 Pagamento:** Realizar os pagamentos conforme as medições e a conclusão das etapas do serviço, observando as cláusulas contratuais.

**14.4.5 Recebimento do Objeto:** Após a conclusão total dos serviços, realizar o recebimento provisório e, posteriormente, o recebimento definitivo, atestando a completa execução do objeto.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Apesar de a contratação de uma empresa especializada para a gestão de resíduos sólidos ser a melhor forma de mitigar impactos ambientais, a própria natureza do serviço carrega riscos que, se não forem gerenciados corretamente, podem gerar as seguintes consequências:

### 15.1.1 Poluição do Ar e Mudanças Climáticas

**15.1.2 Emissões Veiculares:** O transporte dos resíduos, desde a coleta no MME até a destinação final (aterro sanitário ou estação de tratamento), envolve o uso de veículos movidos a combustíveis fósseis. A queima desses combustíveis libera gases poluentes e gases de efeito estufa, como dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>).

**15.1.3 Emissão de Metano:** A disposição final de resíduos orgânicos em aterros sanitários, sem o devido tratamento ou aproveitamento, gera a decomposição anaeróbica da matéria orgânica. Esse processo libera gás metano (CH<sub>4</sub>), um gás de efeito estufa com um potencial de aquecimento global muito superior ao do CO<sub>2</sub>.

### 15.2 Poluição do Solo e da Água

**15.2.1 Vazamento de Chorume:** O transporte, acondicionamento e a disposição final dos resíduos orgânicos e não diferenciados, se realizados de forma inadequada, podem causar o vazamento de chorume (líquido gerado pela decomposição da matéria orgânica). O chorume é altamente poluente e pode contaminar o solo e as águas superficiais e subterrâneas.

**15.2.2 Descarte Irregular:** Se a empresa contratada não destinar os resíduos para locais devidamente licenciados, pode ocorrer o descarte irregular em lixões clandestinos. Isso causa a degradação do solo, poluição da água e a proliferação de vetores de doenças.

### 15.3 Poluição Visual e Olfativa

**15.3.1 Acondicionamento Inadequado:** O acondicionamento incorreto dos resíduos sólidos no local de coleta, se o serviço de transporte não for eficiente, pode causar a proliferação de odores desagradáveis e a atração de pragas (roedores, insetos), impactando a qualidade de vida e a saúde dos ocupantes do edifício e das áreas vizinhas.

### 15.4 Geração de Resíduos Sólidos

**15.4.1 Subprodutos do Tratamento:** Mesmo com o tratamento, parte dos resíduos pode não ser reciclável e se transformar em subprodutos que precisam ser dispostos de forma adequada, o que ainda demanda espaço em aterros sanitários.

**15.5 Medidas de Mitigação:** A contratação de uma empresa especializada e certificada é a principal medida para mitigar esses impactos. A fiscalização rigorosa do contrato, garantindo que o fornecedor siga todas as normas técnicas e ambientais, é fundamental para assegurar que os riscos sejam controlados e que os resíduos tenham a destinação final correta.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

"Declara-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos do MME é **plenamente viável**, por ser a solução que melhor atende aos interesses da Administração, sob os aspectos técnico, econômico, operacional e ambiental.

- **Viabilidade Técnica e Operacional:** A contratação de um serviço completo e integrado é a solução mais eficiente, garantindo a execução de todas as etapas de forma coordenada e contínua. Isso evita a fragmentação da responsabilidade e otimiza a operação, liberando o MME de gerenciar uma atividade complexa e fora de sua área de atuação.
- **Viabilidade Econômica:** A contratação integral de uma empresa especializada permite a obtenção de economias de escala, resultando em um custo total mais vantajoso para a Administração. A pesquisa de mercado demonstrou a existência de empresas aptas a prestar o serviço, assegurando a competitividade do certame.
- **Viabilidade Ambiental e Legal:** A solução proposta é a única que garante a conformidade do MME com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normas ambientais. Ao transferir a responsabilidade pela cadeia de resíduos para uma empresa especializada, o MME mitiga os riscos de passivos ambientais e garante que os resíduos tenham a destinação final correta.

Em conclusão, a contratação é essencial para a saúde e higiene do ambiente de trabalho, para a conformidade legal e para a sustentabilidade, sendo a solução mais adequada para a gestão dos resíduos sólidos do Ministério."

# 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: ...

**MARCOS PEREIRA CARACA**

Assistente Técnico



Assinou eletronicamente em 01/10/2025 às 13:31:58.

Despacho: ...

**IELAYNE MARIA DA SILVA**

Chefe da Divisão de Administração Predial



Assinou eletronicamente em 01/10/2025 às 09:56:38.

Despacho: ....

**ALVANIR DA SILVA CARVALHO**

Coordenador de Atividades Gerais



Assinou eletronicamente em 01/10/2025 às 11:02:24.

Despacho: ...

**ANDREA CRISTINA ANDRADE SANTOS CARVALHO**

COORDENADORA GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Despacho: responsavel

**REGINA BASILIO BACARIAS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 02/10/2025 às 09:28:14.*